



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações

Viana, 15 de Março de 2022.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS,

PARECER TÉCNICO – SEINFE 2022

Trata-se de impugnação apresentada por GRAND EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ao Pregão eletrônico nº 032/2022 que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS PARA OS PONTOS EMBARQUE E DESEMBARQUE DOS USUÁRIOS QUE UTILIZAM O TRANSPORTE PÚBLICO NO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA-ES. A presente impugnação interposta preenche os requisitos de tempestividade, nos moldes do artigo 41 da Lei 8.666/93. Em breve resumo, suscita o impugnante, suposta contradição no Edital que em um momento exige a apresentação de CREA ou CAU e posteriormente exige somente a apresentação de CREA, sem a alternativa anterior de CAU, questiona a exigência de apresentação da documentação relativa à qualificação técnica na fase de habilitação bem como questiona o prazo para apresentação de tais laudos e atestados. É o breve resumo. Passa-se a análise.

Quanto à exigência de CREA e/ou CAU, tanto no item 13.1 do Edital quanto nos Anexos I e IV, ambos os pontos levantados se referem à qualificação técnica, um no tocante à licitante e outro no tocante ao objeto do presente instrumento convocatório. Fundamenta-se tal exigência no artigo 30, incisos I e II nos seguintes termos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações

Neste ponto, o art. 30, I, da Lei de Licitações, demonstra ser exigível o registro ou inscrição na entidade profissional competente, ao passo que o inciso II se refere à comprovação da compatibilidade das características do objeto. Neste caso, a depender do objeto licitado, a inscrição no CREA é a exigência necessária em razão das características do produto, não podendo ser substituída por CAU.

Importante ressaltar então que, segundo consta no edital, com relação à qualificação da empresa, esta pode apresentar tanto CREA quanto CAU, podendo ter qualquer destas certificações. Entretanto, considerando a estrutura do objeto da presente licitação, para qualificação técnica deste, é indispensável a apresentação do CREA, não sendo substituível pela CAU.

Assim, uma vez que as exigências indicadas se referem à qualificação da licitante e do objeto, tal interpretação é plausível, fundamentando as exigências assim como dispostas no Edital impugnado. Em razão do exposto, DECIDE manter na íntegra a exigência, ora impugnada.

Quanto à exigência de apresentação da documentação relativa à qualificação técnica na fase de habilitação, em total consonância com o exigido, estão os artigos 27 e 30 da já citada Lei 8666/93. Nesse sentido:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações

Acerca da fundamentação da impugnação sobre a exigência dos laudos na fase de habilitação, esta se fundamenta em entendimento doutrinário e jurisprudencial, em especial na Sumula 272, do TCU:

SÚMULA Nº 272 No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Ocorre que a exigência editalícia busca exatamente trazer tais custas ao licitante vencedor do certame. Neste caso, a jurisprudência aponta como custos desnecessários a apresentação dos documentos de habilitação por todos os licitantes, o que não ocorre no caso em apreço, pois esta documentação será exigida somente do licitante com proposta vencedora.

No tocante à qualificação técnica, o doutrinador Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer:

“em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente.”

A própria Carta Magna, diploma maior, ampara a necessidade da comprovação de qualificação técnica, vedando exigências excessivas. Nesse sentido:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No mesmo prisma, é inequívoca a clareza dos doutrinadores Carlos Ari Sunfeld e Juliana Bonacorsi de Palma no tocante à matéria:

É evidente que tais exigências [qualificação técnica e econômica] limitam a competição no certame licitatório, pois resultam na exclusão de todos aqueles que, não podendo atende-las, veem-se privados da oportunidade de contratar com o Estado. Está-se aqui, no entanto, perante limitação perfeitamente legítima à ampla possibilidade de disputa dos mercados públicos, que a licitação visa a propiciar; trata-se simplesmente de realizar o interesse público (o de não ocorrer o risco de contratar com empresas desqualificadas), mesmo com a frustração de algum interesse privado (o de obter o máximo possível de negócios). (SUNDFELD, Carlos Ari. Requisitos de habilitação técnica para obras e o controle judicial do ato de inabilitação. In: Pareceres, v.III. São Paulo: Revista dos Tribunais,





PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações

2013, p.132 apud (SUNDFELD, Carlos Ari et al. Direito da Infraestrutura São Paulo: Saraiva, 2017, p.43) 46.

Ainda sobre qualificação técnica, são relevantes as lições de Carvalho Filho:

Para outros, é possível que o edital fixe condições especiais para tal comprovação, de acordo com a complexidade do objeto do futuro contrato, invocando-se, como fundamento, o art. 37. XXI, da CF, que alude a "exigências de qualificação técnica". Em nosso entender, essa é a melhor posição, desde que, é obvio, não haja o intento de burlar o princípio da competitividade que norteia as contratações na Administração. Na verdade, cabe distinguir capacidade técnica profissional da capacidade técnica operacional: aquela relaciona-se com a regularidade do profissional enquanto está concerne à sua experiência para a execução do contrato, sendo admitida no art 30, §§ 3º (exigência de participação em obras e serviços similares). De fato, dependendo da complexidade do objeto contratual, é inteiramente razoável que o edital inclua a dupla exigência, sem qualquer risco de ofensa à competitividade.

Por fim, no caso do pregão sob análise, a fase de habilitação ocorre somente após a classificação da proposta, de modo que somente a licitante cuja proposta estiver classificada em primeiro lugar deverá apresentar a documentação exigida na fase de habilitação. Portanto, não incorrem as licitantes em custos desnecessários. Em razão do exposto, DECIDE manter na integra a exigência, ora impugnada.

Quanto ao prazo para apresentação dos laudos e atestados requeridos, o Edital que vincula as partes é específico ao exigir que a documentação seja apresentada no prazo de 02 (duas) horas após a classificação da proposta e de 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão de disputa para apresentar a proposta comercial e demais documentos de habilitação, conforme previsão dos itens 11.16 e 11.16.1 do instrumento convocatório. Não há que se falar, portanto, em prazo para confecção dos atestados, frise-se que a documentação deve ser contemporânea ao certame e, ao participar, os licitantes devem assegurar-se de atender todas as exigências previstas no Edital.

Desta feita, não há amparo suficiente na impugnação apresentada por Grand Empreendimentos e Participações Ltda., capaz de suprimir do Edital de Licitação a exigência de apresentação dos laudos e atestados de qualificação técnica. Em razão do exposto, DECIDE manter na integra a exigência, ora impugnada.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações

Por todo o exposto, fica claro que a administração não pode reduzir as exigências de capacitação técnica para ampliação do universo de participantes à custa da ampliação do risco de contratos mal executados e de sérios prejuízos aos interesses sob sua responsabilidade. Assim sendo, a proteção do interesse público, leva à prática de estabelecimento de especificações técnicas nos patamares apresentados no edital impugnado. A sua utilização visa a preservação do interesse público, contribuindo no afastamento de contratações equivocadas, que poderão frustrar o interesse público e as pretensões de regularidade requeridas pela administração pública.

Não obstante a tudo isso, foi conciliado e ponderado entre a maior competitividade e a garantia de qualidade das obras a executar, onde esse equilíbrio foi buscado, como observamos abaixo:

Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 9 ed. – São Paulo: Dialética, 2002, p. 313.).

Portanto, é legítima e cabível a postura da administração que, em razão do grau de complexidade técnica e financeira da licitação, delibere no sentido de admitir apenas aqueles que preencham requisitos compatibilizados ao objeto do certame.

Isto posto, após análise e conclusão da Área Técnica, sem nada mais evocar, CONHEÇO da impugnação interposta pela empresa GRAND EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, no processo licitatório Edital Pregão nº 032/2022 e no mérito NEGO PROVIMENTO, mantendo-se inalterado o edital.

Atenciosamente,

FERNANDA RODRIGUES DA SILVA
Subsecretária de Obras
Engenheira Civil
CREA ES 038888/D



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://eprocessos.viana.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 320038003800320034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **FERNANDA RODRIGUES DA SILVA** em 15/03/2022 11:08

Checksum: **C294BAD997B31C33D851094ED2071E28DEDFD24F3576A70B6015DBC341727397**



Autenticar documento em <https://eprocessos.viana.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 320038003800320034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

